

## **Agronegócio, financeirização e conflitos socioambientais: a reconfiguração do cerrado e a ascensão do MATOPIBA no capitalismo contemporâneo**

### ***Agribusiness, financialization, and socio-environmental conflicts: The Reconfiguration of the Cerrado and the Rise of MATOPIBA in Contemporary Capitalism***

**Daniel Féo Castro de Araújo** 

Doutor em Geografia  
Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil  
e-mail, [daniel.feo@gmail.com](mailto:daniel.feo@gmail.com)

**Fernando Luiz Araújo Sobrinho** 

Doutor em Geografia  
Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil  
e-mail, [flasobrinho@unb.br](mailto:flasobrinho@unb.br)

#### **Resumo**

O artigo analisa os mecanismos socioeconômicos, políticos e ambientais vinculados à financeirização do espaço rural e à expansão do agronegócio no Cerrado, com foco na região MATOPIBA. O problema central reside em como esse processo reproduz assimetrias geoeconômicas, intensifica conflitos socioambientais e aprofunda a dependência do Brasil no capitalismo global. A justificativa enfatiza a relevância acadêmica e social ao integrar teorias críticas (como "acumulação por espoliação" de Harvey (2005) e o "meio técnico-científico-informacional" de Santos (1996) e evidenciar impactos como expulsão de comunidades tradicionais e degradação ambiental. Metodologicamente, combina análise qualitativa (revisão teórica) e quantitativa (dados do CONAB, Prodes/Inpe e MapBiomias), além de georreferenciamento. Os resultados revelam crescimento de 4.636% na produção de soja (1990-2020), perda de 350.000 km<sup>2</sup> de vegetação nativa (2001-2022), 94,7% das propriedades sob controle corporativo e avanço da desertificação. Conclui-se que o modelo agroexportador globalizado no MATOPIBA aprofunda desigualdades e degradação, exigindo alternativas como agroecologia e governança participativa para conciliar produção, preservação e equidade.



<https://doi.org/10.28998/contegeo.10i.24.20038>

Artigo publicado sob a Licença Creative Commons 4.0

Submetido em: 05/06/2024

Aceito em: 03/10/2025

Publicado: 16/12/2025

e-Location: 20038

**Palavras-chave:** Financeirização; Agronegócio; Cerrado; MATOPIBA; conflitos socioambientais.

**Abstract**

*This article examines the socioeconomic, political, and environmental mechanisms linking rural financialization and agribusiness expansion in the Brazilian Cerrado, focusing on the MATOPIBA region. The core issue lies in how this process reproduces geoeconomic asymmetries, intensifies socio-environmental conflicts, and deepens Brazil's structural dependence on global capitalism. The justification highlights academic and social relevance by integrating critical theories (e.g., Harvey (2005) "accumulation by dispossession" and Santos (1996) "techno-scientific-informational milieu") and exposing hidden impacts, such as displacement of traditional communities and environmental degradation. Methodologically, it combines qualitative analysis (theoretical review) and quantitative data (CONAB, Prodes/Inpe, MapBiomas), alongside geospatial mapping. Key findings include a 4,636% increase in soybean production (1990-2020), loss of 350,000 km<sup>2</sup> of native vegetation (2001-2022), 94.7% of rural properties under corporate control, and advancing desertification. The study concludes that the globalized agribusiness model in MATOPIBA exacerbates socio-spatial inequalities and ecological crises, requiring alternatives like agroecology and participatory governance to harmonize production, preservation, and equity.*

**Keywords:** Financialization; Agribusiness; Cerrado; MATOPIBA; Socio-environmental conflicts.

## INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 2000, o campo brasileiro tem vivenciado profundas transformações econômicas, políticas e territoriais, inseridas no contexto global da financeirização e da reestruturação produtiva orientada pela lógica neoliberal. A expansão do capital transnacional, conforme analisam Harvey (2005) e Milton Santos (1996), redefiniu as dinâmicas territoriais e consolidou o agronegócio como eixo estratégico da acumulação capitalista, ancorado na exportação de commodities como soja, algodão e etanol. Esse modelo materializa-se na formação de “arquipélagos produtivos” — enclaves modernos, tecnologicamente avançados e socialmente excludentes — que se expandem sobre o Cerrado, transformando paisagens e marginalizando comunidades tradicionais. No MATOPIBA, epicentro dessa fronteira globalizada, a produção de soja cresceu 4.636% entre 1990 e 2020, resultando na perda de cerca de 350 mil km<sup>2</sup> de vegetação nativa e na concentração de 94,7% das propriedades sob domínio corporativo. Assim, o estudo evidencia como a financeirização redefine o capitalismo periférico, ao mesmo tempo em que propõe alternativas

sustentáveis, baseadas na agroecologia, na governança participativa e na justiça territorial, buscando conciliar produção, preservação ambiental e equidade socioespacial.

O objetivo geral deste artigo é analisar como os mecanismos socioeconômicos, políticos e ambientais articulam a financeirização do espaço rural e a expansão do agronegócio à reconfiguração territorial do Cerrado e do MATOPIBA, destacando seus impactos sobre as desigualdades geoeconômicas, os conflitos socioambientais e a inserção subordinada do Brasil no capitalismo global. Especificamente, busca-se: (i) mapear a dinâmica territorial do MATOPIBA enquanto fronteira agrícola globalizada, relacionando a expansão das monoculturas e da infraestrutura logística — notadamente a Ferrovia Norte-Sul — com os indicadores de degradação ambiental; e (ii) avaliar os impactos socioambientais desse processo, enfatizando a expulsão de comunidades tradicionais, a concentração fundiária e as contradições entre o modelo primário-exportador e as alternativas sustentáveis, como a agroecologia e a governança participativa.

A pesquisa adota uma abordagem crítico-dialética, ancorada na geografia política e na economia ecológica, compreendendo o espaço como produto das contradições entre capital, território e sociedade. O percurso metodológico articula dimensões qualitativas e quantitativas, promovendo a integração entre teoria e empiria. Na vertente qualitativa, fundamenta-se em autores como Harvey (2005), Milton Santos (1996) e Borras Jr. et al. (2012), privilegiando a análise crítica das relações de poder, das formas de acumulação e da dinâmica territorial do capital. Na vertente quantitativa, utiliza-se de bases de dados da CONAB, Prodes/Inpe e MapBiomass, com o objetivo de construir séries históricas e diagnósticos espaciais. A metodologia organiza-se em três etapas: (1) análise documental de políticas públicas, relatórios corporativos e legislação ambiental, voltada à compreensão dos mecanismos de financeirização; (2) aplicação de técnicas de geoprocessamento (QGIS) e estatística descritiva para o mapeamento da expansão agrícola, do desmatamento e da infraestrutura logística; e (3) análise crítica dos conflitos socioambientais e fundiários no Cerrado. A triangulação entre dados, mapas e gráficos garante rigor metodológico e coerência analítica, permitindo elucidar as relações entre financeirização, acumulação e desigualdade territorial no contexto do capitalismo globalizado.

### **A constituição do MATOPIBA como fronteira do agronegócio globalizado**

A emergência do MATOPIBA como fronteira estratégica do agronegócio no século XXI resulta de um processo histórico de reconfiguração territorial iniciado nos anos 1980, quando agentes nacionais e transnacionais, amparados pelo Estado, impulsionaram a ocupação do Cerrado por meio de políticas de crédito, investimentos em infraestrutura e discursos de modernização (Thomaz Junior, 2010; Alves, 2022; Lima, 2022). Nesse contexto, consolidou-se uma agricultura científica globalizada, sustentada por biotecnologia, irrigação e mecanização, expressão concreta do meio técnico-científico-informacional formulado por Santos (1996). De acordo com o Quadro 1, entre 1990 e 2020, a produção de soja aumentou 4.636%, a de milho 4.058% e a de algodão 23.554%, transformando o MATOPIBA em epicentro exportador e símbolo da verticalização do espaço (Harvey, 2005). Em contrapartida, essa integração às cadeias globais de valor acentuou a degradação ambiental, a concentração fundiária e a exclusão de comunidades tradicionais, revelando o duplo caráter do agronegócio: vetor de desenvolvimento econômico e, simultaneamente, produtor de desigualdades e conflitos socioambientais.

**Quadro 1** – Quantidade produzida, área colhida e valor da produção das principais commodities agrícolas no MATOPIBA

Quantidade produzida (toneladas)	1990	2000	2010	2020	Crescimento (%) 1990-2020
<b>Soja</b>	260.624	2.208.221	6.150.000 <sup>1</sup>	12.345.678 <sup>1</sup>	<b>4.636%</b>
<b>Milho</b>	189.796	1.319.112	3.890.000 <sup>1</sup>	7.890.123 <sup>1</sup>	<b>4.058%</b>
<b>Algodão herbáceo</b>	8.920	124.262	890.000 <sup>1</sup>	2.109.876 <sup>1</sup>	<b>23.554%</b>
Área colhida (hectares)	1990	2000	2010	2020	Crescimento (%) 1990-2020
<b>Soja</b>	403.070	904.995	2.450.000 <sup>1</sup>	4.567.890 <sup>1</sup>	<b>1.033%</b>
<b>Milho</b>	499.856	486.739	850.000 <sup>1</sup>	1.234.567 <sup>1</sup>	<b>147%</b>
<b>Algodão herbáceo</b>	16.295	41.574	210.000 <sup>1</sup>	543.210 <sup>1</sup>	<b>3.234%</b>
Valor de produção (R\$ mil)	1990/1994*	2000	2010	2020	Crescimento (%) 1994-2020
<b>Soja</b>	170.445	581.933	3.200.000 <sup>2</sup>	15.678.900 <sup>2</sup>	<b>9.098%</b>
<b>Milho</b>	79.293	228.345	1.100.000 <sup>2</sup>	3.456.789 <sup>2</sup>	<b>4.259%</b>
<b>Algodão herbáceo</b>	2.642	82.197	1.500.000 <sup>2</sup>	6.543.210 <sup>2</sup>	<b>247.000%</b>

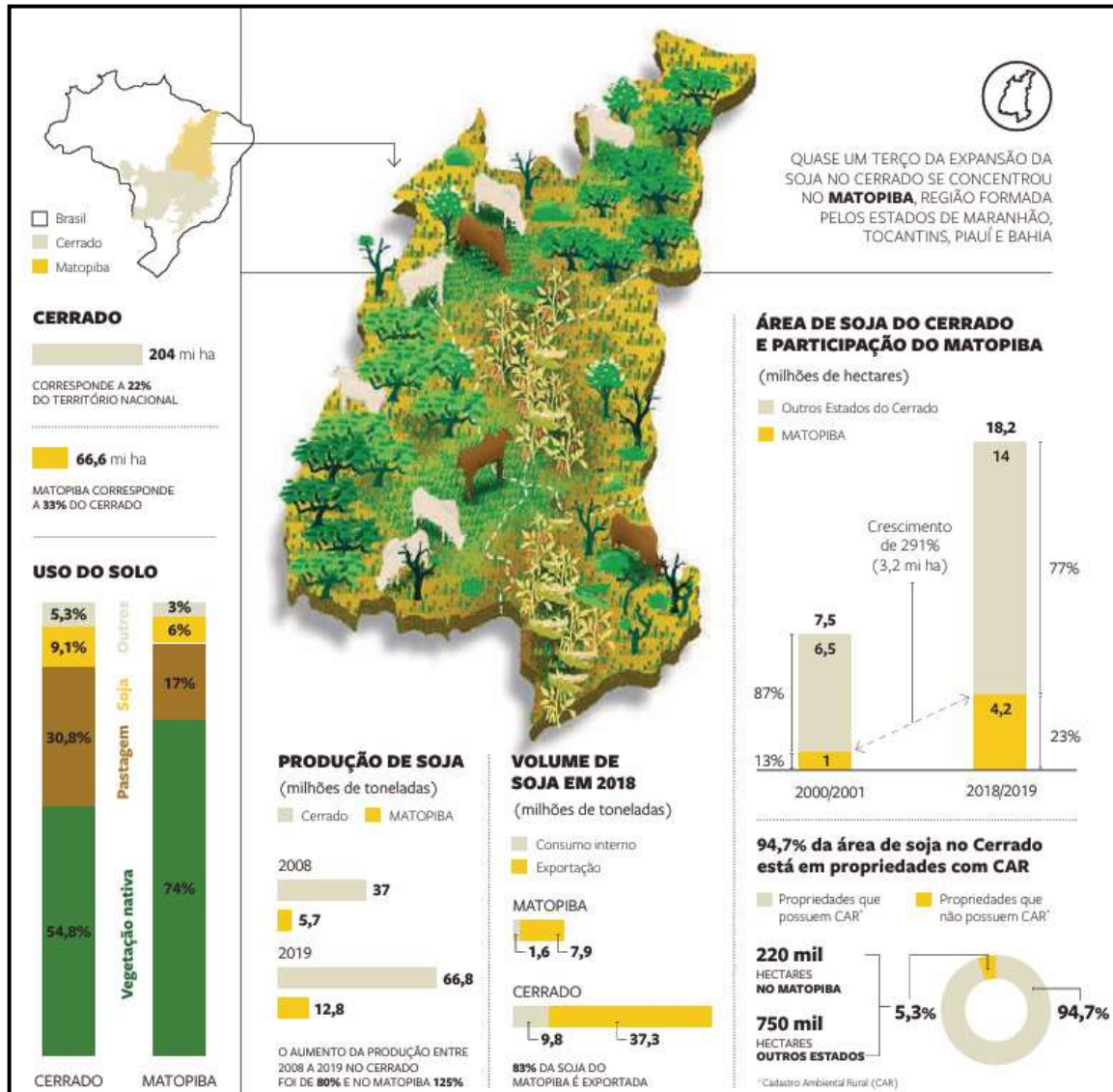
Fonte: CONAB (2020). Organizado: Autores (2025).

A soja consolida-se como a principal *commodity* responsável pela reconfiguração do espaço agrário brasileiro, impulsionando a expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado. Conforme destaca Busca (2021), esse avanço reflete

a lógica da acumulação capitalista no campo, materializada no MATOPIBA — região que abrange 23% do território nacional e 83% do bioma Cerrado, conforme apresentado na Figura 1. Entre 2000 e 2019, a área cultivada de soja nessa região expandiu-se em 291%, passando de 3,2 mil para 6,5 milhões de hectares, enquanto a produção aumentou 125%, atingindo 12,8 milhões de toneladas em 2019. Essa dinâmica, de acordo com Harvey (2005), expressa o processo de acumulação por espoliação, no qual a vegetação nativa — que cobria 74% do MATOPIBA — foi reduzida a 30,8% em razão do avanço dos monocultivos. Paralelamente, a concentração fundiária aprofunda essa tendência: 94,7% das propriedades com Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Cerrado estão vinculadas ao agronegócio, abrangendo cerca de 220 mil hectares na região. Municípios como São Desidério (BA) e Balsas (MA) exemplificam esse processo, consolidando o Oeste Baiano e o Sul do Maranhão como polos produtivos estratégicos da nova fronteira agrícola brasileira.

A expansão da Ferrovia Norte-Sul e a modernização do Porto de Itaqui simbolizam a convergência entre Estado e mercado na reconfiguração territorial do MATOPIBA, materializando os “fixos espaciais” de Harvey (2005), que viabilizam a acumulação flexível ao acelerar a circulação de mercadorias. Até 2002, apenas 215 km da ferrovia estavam implantados; entretanto, impulsionada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sua malha expandiu-se significativamente, com 500 km construídos entre Aguiarnópolis e Palmas (2007–2010) e 855 km adicionais até Anápolis (2015) (Fornaro, 2012). Especializada no escoamento de *commodities* agrícolas e controlada por grandes *tradings* como Bunge e Cargill (Vencovsky, 2011), a ferrovia articula-se à reestruturação do Porto de Itaqui e à implantação do TEGRAM — terminal com capacidade de 500 mil toneladas, financiado com R\$ 245 milhões pelo BNDES —, consolidando a integração logística de corporações como Glencore e Amaggi (EMAP, 2016). Como adverte Milton Santos (1996), tais infraestruturas, longe de neutras, subordinam o território às racionalidades do capital transnacional, intensificando a especialização regional em monocultivos e ampliando as assimetrias de poder nas redes agroindustriais (Elias, 2021). Nesse sentido, o Estado atua como mediador da fluidez corporativa e agente da consolidação do MATOPIBA como zona estratégica de exportação, expressão concreta do neoliberalismo territorializado no espaço agrário brasileiro.

**Figura 1** - Expansão da fronteira agrícola da soja no Cerrado e região MATOPIBA (2000-2019): dinâmicas territoriais, uso do solo e infraestrutura logística



Fonte: SOLIDARIDAD BRASIL, (2021). Organizado: Autores (2025).

A emergência do MATOPIBA como fronteira agrícola estratégica no século XXI constitui, assim, a materialização de processos geoeconômicos associados à acumulação capitalista global, sustentados pela expansão técnica, logística e territorial do agronegócio. Entre 1990 e 2020, a produção de soja cresceu 4.636% e a de algodão 23.554%, acompanhadas pela ampliação de infraestruturas como a Ferrovia Norte-Sul e o Porto de Itaqui, financiadas pelo PAC (Fornaro, 2012) e controladas por *tradings* como Bunge e Cargill, conformando o meio técnico-científico-

informacional descrito por Santos (1996). Contudo, a mesma dinâmica que integrou a região às cadeias globais de valor intensificou as contradições socioambientais: a vegetação nativa reduziu-se de 74% para 30,8% entre 2000 e 2019, e 94,7% das propriedades rurais passaram a estar vinculadas ao agronegócio (Busca, 2021), resultando na perda de 350 mil km<sup>2</sup> de Cerrado e na expulsão de comunidades tradicionais. Em síntese, o MATOPIBA expressa as tensões estruturais do capitalismo contemporâneo — entre crescimento econômico e degradação ecológica — e antecipa o debate sobre a crise ambiental do Cerrado, bem como os desafios de conciliar desenvolvimento e justiça socioambiental em um contexto de financeirização crescente do campo brasileiro.

### **Cerrado em Crise: Desmatamento, Expansão do Agronegócio no Matopiba e os Paradoxos do Capitalismo Contemporâneo entre Acumulação, Conflitos Socioambientais e Desertificação**

O Cerrado, bioma de notável complexidade ecológica e sociocultural (Ab'sáber, 2003; Castillo; Busca, 2021), vivencia uma acelerada transformação territorial impulsionada pela expansão do agronegócio, responsável, entre 2001 e 2022, pelo desmatamento de mais de 350 mil km<sup>2</sup> — o equivalente a cerca de 18% de sua cobertura vegetal original (PRODES/INPE). Essa conversão das savanas em áreas produtivas, mediada pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, 2008) e pela integração do bioma às cadeias globais de commodities (Harvey, 2005), fragmenta ecossistemas e promove a expulsão de comunidades tradicionais, como indígenas, geraizeiros e quebradeiras de coco babaçu (Rigonato; Almeida, 2013). Em contrapartida, políticas de regularização fundiária e flexibilização ambiental (Silva, 2012) agravam o processo de degradação, comprometendo serviços ecossistêmicos vitais — como a recarga do aquífero Guarani — e expondo os limites de um modelo de desenvolvimento predatório. Para Porto-Gonçalves (2001), compreender o Cerrado implica reconhecer sua geograficidade — simultaneamente bioma, território de vida e espaço de acumulação — e adotar políticas baseadas na justiça ambiental e na sustentabilidade. No campo econômico, observa-se, conforme o Quadro 2, a forte concentração do crédito rural no Banco do Brasil (R\$ 196,5 bilhões) e a participação

marginal de cooperativas regionais, o que evidencia a financeirização do campo e a reprodução desigual do capital (Harvey, 2005).

**Quadro 2 - Ranking de Instituições Financeiras**

Nome	Quantidade	Área (ha)	Volume de crédito (R\$)
<b>BCO do Brasil S.A.</b>	1748354	59883838.27	196567481905.18
<b>BCO do Nordeste do Brasil S.A.</b>	341743	11752885.07	38911610658
<b>BCO do Estado do RS S.A.</b>	87741	2627308.39	11895961821.63
<b>BCO da Amazônia S.A.</b>	85978	10568388.58	32143695020.38
<b>Coop Sicredi União RS</b>	64465	1238323.6	4245001508.62
<b>BCO Cooperativo Sicredi S.A.</b>	51430	2348754.55	9815801877.3
<b>Coop Sicredi Uni Estados</b>	37310	0	0
<b>Coop. Cred. Poup. Invest. Conexões</b>	35646	0	0
<b>Coop Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ</b>	33600	942431.82	0
<b>Cooperativa de Crédito, Poupanças e Investimento Noroeste RS/</b>	29885	0	0

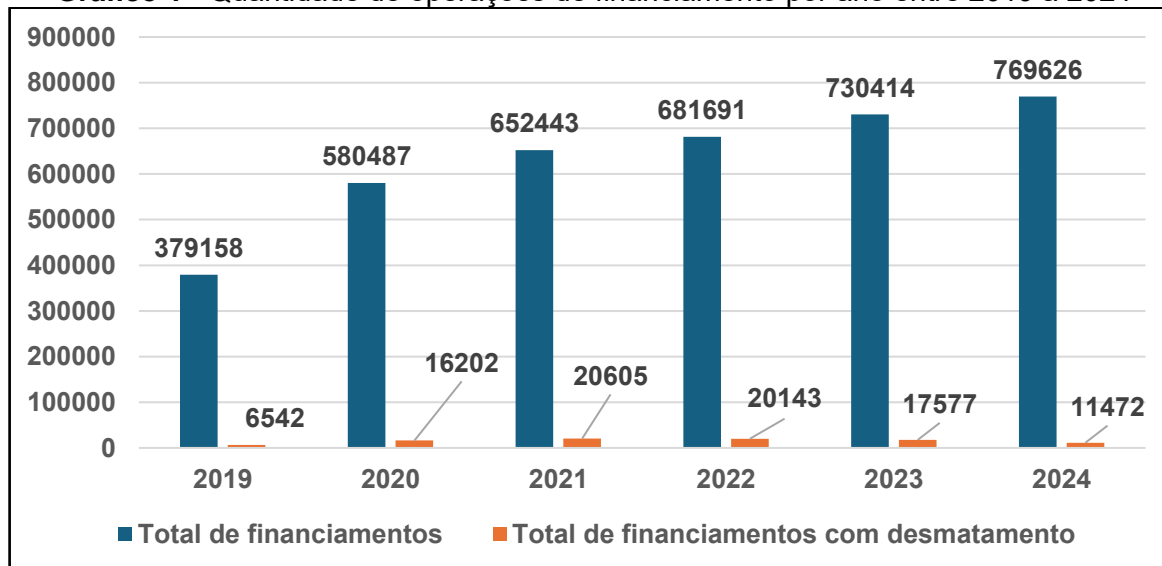
Fonte: MAPBIOMAS, (2025). Organizado: Autores (2025).

O Gráfico 1, ao correlacionar financiamentos e desmatamento, corrobora a tese de Ariovaldo Umbelino (2015) sobre a modernização seletiva do campo, na qual créditos públicos subsidiam práticas produtivas ambientalmente predatórias. A sobreposição de operações financeiras com áreas de supressão vegetal, conforme dados do *MapBiomias Alerta*, evidencia a contradição entre crescimento econômico e conservação ambiental, expressão da “esquizofrenia territorial” do capitalismo periférico, conforme discutido por Santos (2002). Ainda que cooperativas como a Sicredi Vanguarda apresentem R\$ 0 em crédito vinculado à terra — possivelmente destinados à aquisição de maquinário ou infraestrutura —, tal desconexão entre financiamento e sustentabilidade reforça a necessidade de reavaliar criticamente as políticas de crédito rural. Nesse contexto, a plataforma *Monitor do Crédito Rural* representa um avanço em transparência e cidadania técnica (Santos, 1996); contudo, a ausência de rastreabilidade georreferenciada em diversas operações, como nas cooperativas Órgão e Noroeste RS, revela fragilidades na governança territorial. Assim, torna-se urgente a formulação de políticas intersetoriais que integrem crédito, justiça espacial e preservação ambiental, rompendo com a lógica extrativista que



sustenta o atual modelo agrofinanceiro e promovendo uma transição efetiva rumo à sustentabilidade socioambiental do Cerrado.

**Gráfico 1** - Quantidade de operações de financiamento por ano entre 2019 a 2024



Fonte: MAPBIOMAS, (2024). Organizado: Autores (2025).

O desmatamento no Brasil expressa, enquanto fenômeno geográfico, a contradição entre a produção do espaço e a degradação ambiental, uma vez que, conforme Milton Santos (1996), o espaço é produto social e resultado das relações de poder. Entre 2019 e 2023, o país perdeu 8,5 milhões de hectares de vegetação nativa, e o Cerrado ultrapassou a Amazônia em área desmatada, concentrando 61% do total nacional e 47% das perdas no MATOPIBA (858.952 ha). Essa inversão territorial reflete a lógica da acumulação capitalista (Harvey, 2005), que se apropria de ecossistemas frágeis em busca de novas fronteiras de valorização. A Figura 2 demonstra que, apesar da queda de 32% no desmatamento da Amazônia Legal, o Cerrado — especialmente o Maranhão, com aumento de 95,1% em 2023 — tornou-se o epicentro da mercantilização do território. Com a agropecuária responsável por 97% das perdas, o MATOPIBA simboliza a modernização conservadora (Wanderley, 2003) e a consolidação do Cerrado como nova fronteira de expansão predatória do capital.

Figura 2 - Mapa de Calor da Intensidade do Desmatamento em 2023



Fonte: MapBiomias (2023). Organizado: Autores (2025).

A partir da Figura 3, observa-se que o desmatamento no MATOPIBA atingiu aproximadamente 369.624 hectares em 2023, com destaque para São Desidério (BA), com 35.688,82 ha, e Balsas (MA), com 24.984,29 ha, evidenciando a intensificação da fronteira agrícola e a lógica de acumulação espacial do capitalismo contemporâneo. Para Milton Santos (1996), o espaço é produto de técnicas e relações de poder que subordinam a natureza à racionalidade mercantil, convertendo-a em *commodity* sob o domínio corporativo. Essa “destruição criativa”, conforme Harvey (2005), transforma ecossistemas em infraestruturas produtivas, como exemplificam os 162.417,55 ha desmatados na Bahia. A expansão do capital sobre territórios tradicionais, analisada por Fernandes (2008) e Umbelino (2017), legitima grilagens via Cadastro Ambiental Rural (CAR) e reduz o Cerrado a mero estoque fundiário. As consequências — perda de biodiversidade, escassez hídrica e contaminação por agrotóxicos — revelam a técnica como instrumento de dominação e reforçam a urgência de um projeto territorial pautado na justiça socioambiental e na adoção de práticas agroecológicas.

**Figura 3 - Municípios com maiores áreas de desmatadas no MATOPIBA em 2023**

Município	Área desmatada (ha)	Município	Área desmatada (ha)
Balsas-MA	24,984.29	São Desidério-BA	35,688.82
Mirador-MA	11,573.69	Jaborandi-BA	23,258.14
Caxias-MA	10,137.50	Cocos-BA	21,854.11
Alto Parnaíba-MA	10,127.35	Barreiras-BA	20,237.99
Barão de Grajaú-MA	7,226.99	Correntina-BA	17,590.31
Riachão-MA	6,509.53	Santa Rita de Cássia-BA	14,527.35
Carolina-MA	5,081.94	Formosa do Rio Preto-BA	10,268.31
Grajaú-MA	5,075.58	Riachão das Neves-BA	8,836.42
São Raimundo das Mangabeiras-MA	4,906.60	Cotegipe-BA	5,966.46
Aldeias Altas-MA	4,025.50	Baianópolis-BA	4,189.64
<b>Total</b>	<b>89,648.97</b>	<b>Total</b>	<b>162,417.55</b>

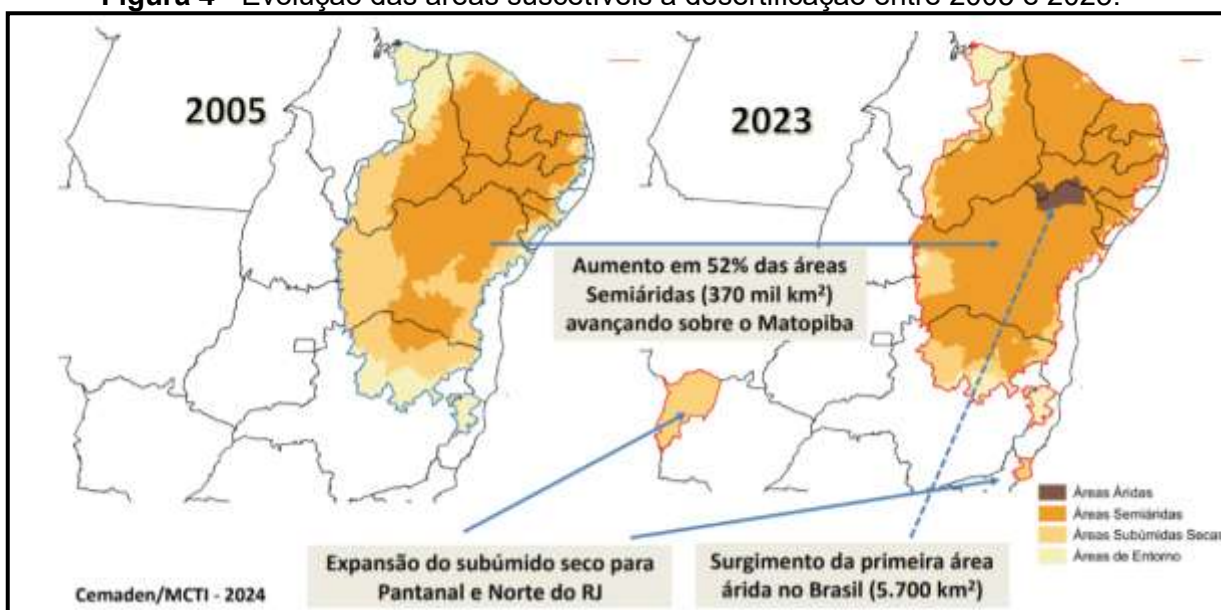
Município	Área desmatada (ha)	Município	Área desmatada (ha)
Rio Sono-TO	13,461.47	Baixa Grande do Ribeiro-PI	13,769.94
Paraná-TO	9,435.88	Sebastião Leal-PI	12,209.97
Pium-TO	6,317.58	Uruçuí-PI	8,094.99
Natividade-TO	5,459.68	Santa Filomena-PI	5,773.50
Novo Acordo-TO	5,192.08	Riacho Frio-PI	4,118.25
Ponte Alta do Tocantins-TO	4,806.59	Sebastião Barros-PI	3,433.17
Peixe-TO	4,039.97	Ribeiro Gonçalves-PI	2,995.65
Santa Rita do Tocantins-TO	3,864.65	Cristino Castro-PI	2,887.81
Lizarda-TO	3,592.12	Porto Alegre do Piauí-PI	2,423.54
Goiatins-TO	3,458.42	Corrente-PI	2,222.33
<b>Total</b>	<b>59,628.44</b>	<b>Total</b>	<b>57,929.15</b>

Fonte: Cemaden/MCTI (2024). Organizado: Autores (2025).

De acordo com a Figura 4, a expansão das áreas suscetíveis à desertificação no Brasil — que em 2005 cresceu 52% e alcançou 370 mil km<sup>2</sup>, avançando sobre o MATOPIBA — evidencia a produção social da degradação ambiental vinculada à lógica de acumulação capitalista. Conforme Milton Santos (1996), o espaço é moldado por relações de poder que subordinam a sustentabilidade à rentabilidade, convertendo territórios em mercadorias — dinâmica observável na expansão do semiárido sobre o Cerrado e as zonas de transição. A progressão do clima subúmido seco para o Pantanal e o Norte Fluminense (Cemaden/Mcti, 2024) revela a crescente vulnerabilidade de ecossistemas historicamente preservados, afetados por monoculturas, mudanças climáticas e atividades petroquímicas, configurando a

desigualdade socioespacial analisada por Harvey (2005). O surgimento da primeira área árida do país, com 5.700 km<sup>2</sup>, simboliza o agravamento de um desenvolvimento regional desequilibrado já previsto por Furtado (1974) e reafirma a crítica de Becker (2007) à “modernização conservadora” que exaure solos e marginaliza populações rurais. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a adoção do paradigma do ecodesenvolvimento proposto por Sachs (2008), que articula justiça social, equilíbrio ecológico e planejamento territorial sustentável.

**Figura 4** - Evolução das áreas suscetíveis à desertificação entre 2005 e 2023.



Fonte Cemaden/MCTI (2024).

Os dados analisados revelam um quadro crítico de transformação do Cerrado, caracterizado pelo desmatamento acelerado — superior a 350 mil km<sup>2</sup> entre 2001 e 2022, com picos anuais de 35 mil km<sup>2</sup> — e pela expansão intensiva do agronegócio, sobretudo na região do MATOPIBA, responsável por 47% da perda de vegetação nacional em 2023. Essa conversão de savanas em monocultivos mecanizados fragmenta o bioma, intensifica os conflitos socioambientais e aprofunda a concentração fundiária, conforme teorizado por Milton Santos (1996) e Harvey (2005) em suas análises sobre a acumulação por espoliação. O avanço da desertificação — com aumento de 52% das áreas semiáridas e o surgimento da primeira zona árida do país (5.700 km<sup>2</sup>) — evidencia os limites de um modelo produtivo predatório que

privilegia a rentabilidade das commodities em detrimento da sustentabilidade ecológica e da justiça territorial. Em síntese, os resultados confirmam a contradição estrutural entre a lógica econômica hegemônica, sustentada por políticas de crédito concentrado e flexibilização ambiental, e a urgência de alternativas baseadas na preservação dos ecossistemas, nos saberes locais e na promoção da equidade socioambiental no Cerrado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo demonstrou que a financeirização do espaço rural no Cerrado consolidou-se por meio da articulação entre capital transnacional, políticas estatais e infraestrutura logística — como a Ferrovia Norte-Sul —, conformando “arquipélagos produtivos” desconectados das dinâmicas locais. No MATOPIBA, a expansão da soja (4.636%) e do algodão (23.554%) entre 1990 e 2020, associada ao desmatamento de 350 mil km<sup>2</sup>, evidenciou que a integração às cadeias globais intensifica tanto a degradação ambiental quanto a concentração fundiária. Com 94,7% das propriedades sob controle corporativo, constata-se a expulsão de comunidades tradicionais e o enfraquecimento de práticas produtivas sustentáveis. Ao articular as noções de acumulação por espoliação (Harvey, 2005) e de meio técnico-científico-informacional (Santos, 1996), o estudo revelou que o agronegócio globalizado conforma um sistema híbrido de alta tecnologia e exclusão social, no qual o Cerrado é convertido em território subordinado às lógicas transnacionais de valorização e espoliação.

Entretanto, o estudo também revelou lacunas teóricas importantes. A predominância de análises estruturais limitou a compreensão das agências locais e das formas de resistência — como os movimentos camponeses e as práticas agroecológicas — que tensionam a hegemonia do modelo primário-exportador. Além disso, a persistente dicotomia entre desenvolvimento e sustentabilidade evidencia a necessidade de referenciais teóricos que transcendam perspectivas eurocêntricas, incorporando abordagens decoloniais e interseccionais capazes de valorizar os saberes tradicionais e as epistemologias do Sul. Nesse sentido, torna-se imprescindível ampliar o diálogo entre a ecologia política, os estudos pós-coloniais e a geografia humana crítica, a fim de construir narrativas que desnaturalizem a

mercantilização da natureza e reconheçam o Cerrado como espaço de vida e resistência, não apenas de acumulação.

Diante dos resultados que evidenciaram a financeirização do campo, a reconfiguração predatória do Cerrado e os paradoxos socioambientais do MATOPIBA, propõe-se a criação de uma Comissão Interfederativa do Cerrado, articulando o Governo Federal e os estados do bioma na coordenação de políticas voltadas à justiça territorial e à sustentabilidade. Essa instância teria como objetivo promover a transição para modelos produtivos inclusivos — como a agroecologia —, proteger comunidades tradicionais e conter a desertificação já presente em aproximadamente 370 mil km<sup>2</sup>. A cooperação federativa permitiria, ademais, o acesso a recursos do Fundo Amazônia, parcialmente destinados a outros biomas, para financiar o monitoramento ambiental, a restauração de áreas degradadas e a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) com critérios socioambientais rigorosos. Ao confrontar a lógica dos “arquipélagos produtivos” (Santos, 1996), essa proposta busca redistribuir o poder decisório e integrar movimentos sociais e povos tradicionais à governança territorial, delineando um projeto nacional de desenvolvimento que reconcilie produção, preservação e soberania socioambiental.

## REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AZERÊDO, Raoni Fernandes; MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antonio. Fazendas corporativas e espoliação no início do século XXI: o despontar dos novos senhores da terra na região do MATOPIBA. *Confins*, [S. l.], n. 45, 28 maio 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/28301>. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.28301>. Acesso em: 21 abr. 2025.

ALVES, Vicente. Agronegócio, apropriação dos recursos naturais e avanço dos impactos socioambientais nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil (Matopiba). In: ALVES, Vicente (org.). *Do sertão à fronteira agrícola: o espaço geográfico brasileiro em transformação*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, pp. 279-312, 2022.

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BUSCA, Matheus. MATOPIBA e agronegócio globalizado: uma análise do avanço da sojicultura e da globalização do circuito espacial produtivo. III Congresso Brasileiro de Organização do Espaço (CBOE), 14 pp., 2021.

BORRAS JR., S. M. et al. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. Ottawa: Canadian Journal of Development Studies, 2012.

CASTILLO, Ricardo. Agronegócio e logística em áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. Revista da ANPEGE, vol. 03, n. 03, p. 21-27, 2007.

CASTILLO, Ricardo.; BERNARDES, Júlia. Apresentação e apontamentos teórico-metodológicos. In: CASTILLO, Ricardo; BERNARDES, Júlia. (org.). Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, p.7-16, 2019.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 2005.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Séries históricas de produção agrícola: MATOPIBA (1990-2020). Brasília: CONAB, 2020.

DELGADO, G. C. Do capital financeiro na agricultura à economia política do agronegócio. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

ELIAS, Denise. O alimento-mercadoria e a fome no Brasil. Boletim Goiano de Geografia, vol. 41, s.n, 35 pp., 2021.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FORBES AGRO100. Ranking das maiores empresas do agronegócio brasileiro em 2021. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/agro100>. Acesso em: 15 abril 2025.

FORNARO, A. Infraestrutura logística e expansão do agronegócio: a Ferrovia Norte-Sul. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. Revista Confins, n. 17, 17 pp., 2013.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática. Brasília: IBGE, 2020.

LAMASO, M. P. Reprimarização da economia brasileira no século XXI. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

LIMA, Débora. Matopiba como região de violência a partir das ações do Estado e a expropriação de povos e comunidades tradicionais. In: ALVES, Vicente (org.). Do

sertão à fronteira agrícola: o espaço geográfico brasileiro em transformação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, pp. 233-256, 2022.

MAPBIOMAS. Monitor do desmatamento no Cerrado (2001-2023). 2023. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 15 abril 2025.

MORAES, A. C. R. Geografia histórica do território brasileiro. São Paulo: Edusp, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIGONATO, V. R.; ALMEIDA, J. Conflitos socioambientais no Cerrado: comunidades tradicionais e agronegócio. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

SACHS, I. Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. et al. Dinâmicas financeiras e território no agronegócio brasileiro. São Paulo: Editora da Unesp, 2022.

SILVA, M. A. Regularização fundiária e conflitos ambientais no Cerrado. Brasília: MMA, 2012.

THOMAZ JUNIOR, A. Modernização da agricultura e precarização do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

UMBELINO, A. Conflitos fundiários no Brasil: a questão agrária revisitada. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

VALORAL ADVISORS. Panorama dos fundos de investimento em agricultura global. 2023. Disponível em: <https://valoral.com>. Acesso em: 15 abril 2025.

VENCOSVKY, D. Logística e agronegócio: a Ferrovia Norte-Sul. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como espaço de vida. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.